

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES PARA AS ESCOLAS CAMPELINAS NA REGIÃO SUL DA BAHIA

OLIVEIRA, Cristiane Vieira de
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC¹
SANTOS, Arlete Ramos dos²
Universidade Estadual de Santa Cruz - UES
LIMA, Lisângela Silva³
Universidade Estadual de Santa Cruz -UESC

Resumo: O presente texto é resultado parcial de um trabalho de conclusão de curso, na especialização em Educação do Campo-UESC, que tem como objetivo, identificar as contribuições da extensão e da pesquisa desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais e Educação do Campo – GEPEMDEC, para o fortalecimento da Educação do Campo no município de Itabuna-BA. Propusemos responder à seguinte questão: Quais as contribuições do GEPEMDEC, para o fortalecimento da Educação do Campo no município de Itabuna? O método adotado o Materialismo Histórico Dialético - MHD. Foi realizada pesquisa de campo, para coletar dados por meio da entrevista semiestruturada. Os sujeitos dessa pesquisa, foram professores efetivos da escola do campo, que participaram das formações desenvolvidas pelo referido grupo, no município pesquisado, bem como, colaboradores/integrantes do referido grupo pontuado. Os dados parciais deste estudo, apontam que os trabalhos publicados pelo grupo desvelam uma realidade de exclusão dos povos do campo, no que diz respeito, às políticas voltadas para a Educação do Campo. Já na extensão, constatamos uma importante contribuição do grupo de pesquisa, para a formação continuada dos docentes do campo.

Palavras-chaves: Educação do Campo. Extensão. Formação Continuada. Pesquisa.

¹Graduada em Pedagogia pela UESC; estudante do curso de Especialização em Educação do Campo da UESC; Integrante do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação Do Campo, o qual está inserido no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas – CEPECH, com registro no CNPQ. E- mail: krisoliveira2013@gmail.com.

²Pós-Doutorado pela UNESP; Doutora em Educação pela FAE/UFMG, Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC/BA; Coordenadora do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo, o qual está inserido no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas da Educação - CEPECH/DCIE/UESC, com registro no CNPQ. E-mail: arlerp@hotmail.com

³Mestra em Educação pela UESC (2018); Professora Efetiva da Rede Municipal de Itabuna-Bahia; Integrante do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação Do Campo, o qual está inserido no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas – CEPECH, com registro no CNPQ. E- mail: lisangelalivre@hotmail.com

Introdução

Este texto apresenta os resultados parciais de um trabalho de conclusão de curso, que traz como título: Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais e Educação do Campo: contribuições para as escolas campesinas na região Sul da Bahia. Esta temática originou-se a partir das inquietações surgidas durante o período de participação no grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais e Educação do Campo - GEPEMDEC. Ao mesmo tempo, na condição de bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa-FAPESB⁴, pesquisando sobre a educação do campo em Assentamentos do Movimento Sem Terra na Bahia⁵. Durante a pesquisa, pudemos constatar a falta de formação continuada na perspectiva da Educação do Campo nos municípios pesquisados, o que dificultava a implementação de uma proposta educativa específica para a população campesina.

Diante disso, elegemos o GEPEMDEC como objeto de estudos a fim de identificar as contribuições da extensão e das pesquisas desenvolvidas pelo referido grupo, para o fortalecimento da Educação do Campo no município de Itabuna-BA. Cabe ressaltar que o grupo de estudos e pesquisa, desenvolveu até o presente momento, várias formações em alguns municípios da Bahia, tais como: Canavieiras, Ilhéus, Santa Luzia, Porto Seguro, Pau Brasil, Vitória da Conquista e Itabuna, dentre outros. Optamos pelo último município citado, para realizar a coleta de dados com os sujeitos, como campo da nossa pesquisa, pela maior acessibilidade ao local.

Nesse sentido, diante das diversas políticas públicas educacionais, surgiu a necessidade de fazer um recorte no tema de pesquisa, o qual, devido a aproximação com a temática, optamos por políticas públicas de formação continuada, direcionando-a para os educadores do campo. Pois, compreendemos que a formação continuada específica para esses sujeitos, é requisito fundamental para a implementação da Educação do Campo.

O GEPEMDEC está ligado ao Centro de Estudos e Pesquisa em Educação e Ciências Humanas – CEPECH, que foi fundado em 2011, dentro da Universidade

⁴ A Fundação de Amparo à Pesquisa surgiu em 2001 e tem como objetivo estimular e apoiar o desenvolvimento de atividades científica e tecnológicas do Estado (ONLINE).

⁵ A Bahia é uma das vinte e sete unidades federativas do Brasil, está situada ao sul da região Nordeste. (ONLINE).

Estadual de Santa Cruz-UESC, vinculado ao Departamento de Ciências da Educação - DCIE. Este grupo tem desenvolvido diversas pesquisas na área educacional, possui também, um projeto de extensão para formação continuada de professores, intitulado: Formação continuada de educadores na perspectiva da educação do campo, que surgiu a partir de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo grupo, com registro na PROPP/UESC, nº 00220. 1200. 1145. Com o título: As contradições entre os sistemas capitalistas e socialistas na gestão educacional do MST⁶. Ao constatar as necessidades e anseios dos educadores do campo no que diz respeito aos conhecimentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento de uma prática pedagógica que respeite as singularidades dos sujeitos camponeses, diante do contexto, o grupo começou a desenvolver a pesquisa e a extensão de forma integrada.

O grupo iniciou suas atividades formativas no ano de 2014, no município de Iramaia, na regional da Chapada Diamantina-BA. Segundo a autora do referido projeto o mesmo tem como ações propostas criar

instrumentos para o acesso e comunicação do conhecimento sobre a Educação do Campo em áreas de assentamentos e acampamentos do MST, bem como para outros profissionais que trabalham com a educação do campo” (SANTOS , 2013, p.9).

Diante disso, segundo a autora supracitada, emergiu a ideia de através das ações propostas, fortalecer o vínculo da universidade com a comunidade e com isso, melhorar a qualidade da educação nas áreas pesquisadas.

Desvelar a realidade da pesquisa e da extensão, apontando o impacto da formação continuada na perspectiva da educação do campo no município de Itabuna, torna necessário para compreender como era a Educação do Campo antes da atuação do GEPEDDEC, e como está posta na atualidade. Esse tema possui relevância social, pois, atenta para uma questão que envolve direitos fundamentais presentes no Art. VI, da Constituição Federal de 1988, a educação enquanto direito social (BRASIL, 1988), levando em consideração que os povos do campo foram historicamente excluídos das políticas públicas educacionais.

Esse trabalho se constitui de pesquisa de campo e levantamento bibliográfico. As bibliografias pesquisadas serão levantadas, através das publicações do grupo de estudos

⁶Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, este movimento nasce em 1980, como forma de enfrentamento as fortes crises agrárias vivenciadas no Brasil. (JUNIOR, 2012).

e pesquisas. Assim, foram selecionados entre os pesquisadores do grupo, os trabalhos que abordam a política pública de formação continuada de educadores do campo, bem como, os que tratam sobre a Educação do Campo na região. Entretanto, no que se referem às entrevistas, estas aconteceram tão somente, com os pesquisadores que direcionaram suas análises sobre o município de Itabuna.

A função das universidades brasileiras para a transformação social: a pesquisa e a extensão

O ensino, a pesquisa e a extensão se legitimam nas universidades brasileiras enquanto expressões do seu compromisso social. Segundo Martins (2012, p.1), “[...] o exercício de tais funções é requerido como dado de excelência no ensino superior, fundamentalmente voltado para a formação profissional à luz da apropriação e produção do conhecimento científico [...]”. Cabe ressaltar a indissociabilidade entre ambas as dimensões, uma vez que, está presente nos marcos legais a exemplo do artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas, merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior.

Segundo o autor supracitado, essa dependência entre ensino-pesquisa-extensão é a condição para formar sujeitos pensantes e preparados para a produção científica e tecnológica. Nesse estudo não nos cabe preterir a relevância do ensino para a formação acadêmica dos educandos, todavia, é sobre a pesquisa e a extensão que pretendemos dialogar um pouco mais.

Sobre a pesquisa, alguns autores a exemplo de Goulart (2004) e Demo (1994) defendem que esta ação deve ser uma atividade rotineira na aprendizagem do educando. Assim, ao definir o termo pesquisa, Demo faz a distinção entre a face científica e a educativa,

[...] na face científica (normalmente a única acentuada) aparece a produção criativa de conhecimento; a face educativa engloba a capacidade de questionar a realidade, aplicar conhecimento e de intervir na prática. Segundo, pesquisa não se reduz a produtos e a momentos, mas seria atitude básica e cotidiana de questionamento crítico e autocrítico diante da realidade. Como atitude, realça a face educativa e faria parte de todo processo educacional, desde a educação infantil (1994, p. 15-48).

Compreendemos que o processo investigativo é de suma importância para a construção do conhecimento, e que deve ter início, na vida do aluno desde a educação infantil. Dessa forma, as universidades devem propiciar essa etapa formativa aos estudantes. Diante desse contexto, a participação em projetos de iniciação científica é necessário, uma vez que, permite o contato dos mesmos com o processo de construção de conhecimentos. Diante dessa relevância, destacamos o projeto de pesquisa intitulado: “As contradições entre os sistemas capitalistas e socialistas na gestão educacional do MST”, desenvolvida por Santos (2013/2014), que tem como objetivo analisar as contradições entre os sistemas capitalista e socialista, tendo como foco a gestão educacional no MST.

Cabe ressaltar, que a partir das pesquisas desenvolvidas dentro desse projeto resultaram em vários artigos na área da educação, no entanto, para fins deste estudo, iremos focar nos trabalhos dos temas abordados na formação continuada para educador do campo, desenvolvida pelo referido grupo.

As ações de extensões universitárias surgem no Brasil entre os anos de 1911 e 1917, na Universidade Livre de São Paulo. Segundo Carbonari e Pereira (2007, p.25), essas atividades sofreram duras críticas, tais quais, o fato delas terem surgido “[...] para agregar as instituições aos programas do governo, configurando-se em atividades anuladoras de sua autonomia, muito burocratizada, submissa e descontinua”. Num entanto, estudos desenvolvidos por alguns pesquisadores, mostram que as atividades extencionistas articuladas ao ensino e a pesquisa, têm um potencial agregador a formação do profissional.

Nesse sentido, Goulart (2004, p.71) defende que a extensão tem o papel de produtora de conhecimento, pois é através dela, que o “[...] estudante entra em contato com o mundo que o cerca, e é através dessa realidade que ele pode complementar o seu aprendizado, inteligindo, isto é, lendo dentro aquilo que está à sua frente”. Num entanto, o autor adverte que esta atividade deve ser entendida como um processo de ensino, e não como algo que ocorre fora da escola, a fim de prestar serviço à comunidade com caráter filantrópico.

Para além disso, a extensão universitária segundo Paula (2013, p.6),

[...] é a que permanente e sistematicamente convida a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida

com a transformação social, que aproxima a produção de conhecimento de seus efetivos destinatários.

Diante disso, é importante destacar que a universidade tem um papel relevante para com a sociedade, esta deve responder as demandas sociais e reconhecer suas diversidades. A extensão por sua vez tem o papel de compartilhar o saber científico e tecnológico construído neste espaço.

Assim, com esta discussão compreendemos que tanto a pesquisa quanto a extensão, enquanto atividades importantes para o ensino, devem estar voltadas para a produção do conhecimento e formação de sujeitos conscientes, para com isso, desenvolver seu papel formador.

Formação continuada na perspectiva da educação do campo

Os sujeitos do campo sofreram um longo e duro processo histórico de exclusão das políticas públicas educacionais. A educação brasileira nasceu dualista e excludente, como afirma Santos e Souza (2015). Pois até as primeiras décadas do século XX, não havia por parte do Estado, uma preocupação em escolarizar os povos camponeses. As primeiras tentativas de educação ofertada e que perdura até os dias atuais, é uma educação rural, com conteúdos urbanocêntricos⁷. Sobre isso, Arroyo (2007) afirma que a ausência de políticas públicas específicas para formação de educadores (as) do campo, tem sido uma estratégia de desconstrução cultural dos povos camponeses.

Com a Constituição de 1988 a educação do campo encontra espaço para se desenvolver, pois esta previu a garantia do acesso à educação, inclusive para a população do campo (HAUDT, 2006). Já em 1996, a Lei nº 9.394/96 complementou a Constituição de 1988, determinando que a educação e o calendário escolar fossem adequados às peculiaridades da vida rural e de cada região (BRASIL, 2007).

No entanto, foi a partir do final da década de 1990 que surgiu uma concepção sobre educação destinada aos sujeitos camponeses, a Educação do Campo. Sua origem está relacionada às pressões por parte dos movimentos sociais e o MST, o qual são os precursores dessas reivindicações, juntamente com universidades, instituições públicas e privadas, (ANTUNES-ROCHA, 2010). Cabe destacar a Conferência Nacional por uma

⁷São conteúdos trabalhados em escolas do campo, mas voltados para a realidade urbana.

Educação Básica do Campo⁸, em 1998, como resultado das discussões, e que serviu como espaço de formalização da Educação do Campo.

A Educação do Campo reivindicada pelos movimentos sociais, deve ser construída pelos sujeitos de direito, o que difere da educação rural, até então praticada na maioria das escolas situadas em áreas rurais. Outra característica importante é o respeito às especificidades, identidades e histórias dos sujeitos do campo. Assim, reforçando esse pensamento, Caldart (2005, p.27), aponta que essa educação não seja apenas no campo, mas também, do campo, pois “[...] o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

Com isso, a formação dos professores para atuarem nas escolas do campo, tem sido umas das reivindicações dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra⁹. Estes defendem que é necessária uma formação diferenciada, na qual, o docente possa articular a vivência do educando, sem, portanto, tirá-lo da terra, do campo. Todavia, estudos como os de Santos (2013), revelam que os cursos de graduação não contemplam de fato as habilidades para a atuação na educação do campo. Dados dessa pesquisa, apontam ainda que os cursos de formação para professores, não oferecem conteúdos específicos da Educação do Campo

Sendo assim, como afirma Arroyo (2007), os movimentos sociais reivindicam políticas de formação para professores, que sejam permanentes, com características que afirmem uma visão positiva do campo. Portanto, devem ser políticas articuladas a outras políticas públicas, que estejam voltadas as peculiaridades do campo, a serviço de um projeto social do campo e em sintonia com a dinâmica desse espaço.

Sobre o conceito de formação continuada, compartilhamos das ideias de Freire (1998), para quem a formação deve ser permanente, capaz de promover no educador um crescimento profissional, e desenvolver no mesmo, a capacidade de refletir criticamente sobre a prática.

Autores como Alvarado-Prado, Freitas, Freitas, (2010) e Freire (1998), são defensores da ideia que toma a escola como espaço de construção de conhecimento, não

⁸ O artigo 1 da RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008 afirma que “a Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida [...]”

⁹ São movimentos que envolve o campesinato e possui como principais bandeiras de luta a reforma agrária.

apenas para o aluno, mas, para o docente. Sobre isso, Freire (1998), já afirmava que o educador aprende enquanto ensina. Portanto a construção do conhecimento é um processo contínuo.

Metodologia

Utilizamos o método de pesquisa Materialismo Histórico Dialético, por entender a importância do contexto histórico para a compreensão dos fatos atuais. Nesse sentido, “[...] os sentimentos e as representações do homem estão sujeitos a uma determinação ontológica, que está inevitavelmente, subjugada as peculiaridades da história [...]” (SOBRAL, 2008, p.22). Nessa perspectiva, a forma de compreender a história rompe com o tradicional baseado na cronologia.

No referido método, o ponto de partida para entender as relações sociais que são marcadas por conflitos é a categoria da contradição. A contradição é uma categoria analítica que segundo Oliveira, Oliveira e Santos [2010?], depende do movimento para sua existência. Ela é o eixo de desenvolvimento e imprescindível para a sociedade no contexto atual. Esse movimento se manifesta de forma constante, e se apresenta como agente de transformação externa. Assim, na busca pela compreensão da essência do estudo de uma política educacional, necessário considerar a correlação de diferentes forças no processo, que vão resultar na implementação de uma política pública. Este processo é caracterizado por interesses econômicos, políticos e ideológicos (MASSOM, 2012). Nesse sentido, o método marxista se faz relevante no tipo de pesquisa mencionada, pois, permite seu desenvolvimento em uma perspectiva crítica.

Quanto ao procedimento, foram realizados um levantamento bibliográfica e pesquisa de campo. O levantamento bibliográfico foi utilizado para conhecermos um pouco a educação do campo na atualidade, para isso utilizamos livros, artigos, teses de grandes teóricos na área. Fizemos também um levantamento das publicações do GEPEMDEC, para compreender como o mesmo, tem se fundamentado para realizar as formações continuadas da educação do campo, e a partir de quais temáticas tem se organizado para atender a demanda apresentada.

Na pesquisa de campo, utilizamos para coletar os dados, entrevista semiestruturada, com característica na condução a partir de perguntas abertas e numa ordem (BOCCHI, JULIANI, SPIRI, 2008, p.22). Devido a sua flexibilidade, a entrevista oferece certa liberdade ao entrevistado, ao mesmo tempo, possível direcionar para o tema de pesquisa. Assim, pretendemos entrevistar 02 professores (as) que atuam na escola do campo, que tenham participado das formações desenvolvidas pelo grupo, além de 02 professores colaboradores membros do GEPEMDEC que ministraram as respectivas formações para professores. É importante ressaltar, que os nomes dos entrevistados utilizados nesse trabalho são fictícios. A escolha do município de Itabuna ocorreu devido à acessibilidade, pois, o mesmo, se encontra nas imediações da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

A cidade de Itabuna está localizada no Litoral Sul da Bahia. Segundo dados do IBGE (2010), sua população para 2018 está estimada em 212,740 mil habitantes. No que se refere à Educação do Campo do município de Itabuna, segundo Lima (2018) no ano de 2017, o referido município possuía (25) vinte e cinco escolas situadas em áreas rurais, contanto com um total de 588 alunos matriculados nas escolas do Campo.

Análise dos dados

Para atingir os resultados, buscamos nos currículos lattes dos pesquisadores verificar as pesquisas realizadas, bem como, em anais de eventos disponíveis on-line. Realizamos entrevistas com professores das escolas do campo e colaboradores do GEPEMDEC. A partir das publicações, chegamos às seguintes categorias: Políticas Públicas, Educação do/no Campo, Movimentos sociais, Juventude e educação, Gestão e práticas pedagógicas, Ensino da língua estrangeira, Leitura e contação de história.

O GPEMDEC e suas pesquisas: trabalhando com as categorias

Para efeito desse trabalho será discutido apenas as três primeiras temáticas mencionadas acima, devido ao pouco espaço de tempo para a pesquisa. Num entanto, todas as categorias citadas estão dispostas na tabela a baixo.

Categoria	Total de trabalhos publicados/ano
------------------	--

	2014	2015	2016	2017	2018
Políticas Públicas	3	7	7	29	25
Educação do/no Campo	5	3	2	6	3
Movimentos Sociais	2	7	5	8	1
Juventude e educação	-	-	-	-	2
Gestão e práticas pedagógicas	4	2	2	9	4
Ensino da língua estrangeira	-	-	-	1	-
Leitura e contação de história	-	-	-	1	1
TOTAL DE PUBLICAÇÕES	139				

Tabela01- Total de artigos publicados pelos pesquisadores do GEPEMDEC por categorias de análises.

A partir desses dados, possível evidenciar que o grupo de estudos e pesquisas vem ao longo desses (05) cinco anos publicando trabalhos resultados das pesquisas realizadas. Cabe salientar, a relevância desse ato, como afirma Brofmam (2018), uma vez que, divulgado os resultados dos estudos permite que outros sujeitos possam utilizá-los.

A primeira categoria citada nesta pesquisa as políticas públicas, aqui definidas como ações implementadas pelo Estado¹⁰, sua efetividade depende das correlações de forças entre grupos sociais. Nesse sentido Gohn (2011), afirma que os movimentos sociais, assumem o papel de agentes de pressões sociais uma vez que, partem desses sujeitos as reivindicações que chegam ao Estado.

Nesta categoria foram vários trabalhos publicados a citar: Política do Transporte Escolar, Educação de Jovens e Adultos e Formação de Professores. Cabe destacar que todos esses trabalhos estão relacionados com a Educação do Campo, e desvelam a realidade vivenciada pela população campesina.

Um estudo realizado acerca das políticas públicas educacionais do campo nos municípios baianos de Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna, Santos [2017?] denuncia o descumprimento da lei nº 12. 960/2014¹¹, quando afirma que nos municípios

¹⁰O Estado segundo a visão marxista é um instrumento de controle e repressão que está a serviço da classe dominante. Surgiu para manter o controle entre as classes antagônicas. (ENGELS, 1984).

¹¹A lei 12, 960/2014, determina que “o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a

sinalizados, houve uma diminuição no número de escolas do campo. Os dados revelam ainda que em Itabuna, as escolas situadas na área urbana, são priorizadas por investimentos do Plano de Ações Articuladas – PAR em detrimento do campo. Cabe salientar que embora o município acima tenha aderido ao PAR, constatou-se através da pesquisa, um investimento significativo para o trabalho docente.

No que se referem à Política do Transporte Escolar, os alunos camponeses do município de Itabuna, não são todos contemplados, como se evidencia em estudos realizados por Evangelista, (et. al. 2017, n.p.), a referida política “não atende as especificidades da Educação do Campo, pois transporta os estudantes do campo para as escolas urbanas [...]”, conseqüentemente isso resulta nos fechamentos das escolas situadas em áreas rurais.

A formação de professores é também uma política importante para o processo da implementação da Educação do Campo, sobre essa temática destacamos a dissertação de Lima (2018), pesquisa realizada no município de Itabuna/BA, que aborda a Formação Continuada dos Professores da Educação de Jovens e Adultos - EJA do Campo. Esta autora, assim como a maioria dos pesquisadores do GEPEMDEC, utiliza como método de pesquisa o MHD. Trata-se de uma pesquisa exploratória, a qual a autora supracitada visa compreender a formação continuada e o trabalho docente de professores que trabalham com a EJA/Campo. Os resultados desta pesquisa apontam que o município mencionado anteriormente, não possui uma proposta de formação continuada local para os educadores dessa modalidade e peculiaridade, como afirma a autora “[...] a proposta pensada e desenvolvida pela SEC, buscando atender a EJA na sua totalidade, não leva em consideração as particularidades de cada realidade presente.”(LIMA, 2018, p.64). Assim, compreendemos que os sujeitos do campo não são contemplados pela formação que atenda suas especificidades, o que dificulta a consolidação da Educação do Campo nesse município.

Outra categoria muito discutida dentro do grupo de pesquisa é Educação do Campo. Não tem como abordar essa categoria sem destacar as lutas dos movimentos sociais para que os camponeses conquistassem esse direito.

O termo movimentos sociais foi utilizado pela primeira vez em 1840 por Von Stein. “[...] a partir de uma leitura da emergência do mundo urbano-industrial [...]” (SANTOS, 2013, p.38). O referido termo no Brasil, assumiu variadas definições, para

justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar” (BRASIL, 2014).

alguns estudiosos este significa ações coletivas e outros o definem como mobilizações reivindicativas. Santos (2012), vai além em sua definição, pois, para a estudiosa, os movimentos sociais se constituem a partir do momento em que ocorre o aperfeiçoamento da consciência social em relação aos seus direitos. Essa tomada de consciência eleva suas lutas do nível isolado para a consciência coletiva.

Assim, o processo que deu origem a Educação Básica do Campo envolveu diversos atores sociais e foi organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Foi a partir do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I Enera), realizado em 1997 que aconteceu a Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo. Esse momento significou a derrubada das cercas da ignorância e “[...] foi um processo de reflexão e de mobilização do povo em favor de uma educação que leve em conta, nos seus conteúdos e na metodologia, o específico do campo” (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 11), além da especificidade dos sujeitos do campo, a educação deve ter um sentido amplo, enquanto processo de formação humana. Desta forma, vale salientar que a troca do termo para Educação do Campo foi um avanço significativo. Tal mudança de conceito deve-se a análise de alguns estudiosos da área, na qual, salienta que os camponeses têm direito à educação em todos os seus níveis e modalidades, e não somente, à educação básica (SANTOS, 2013).

A partir de pesquisas desenvolvidas por Santos (2013), constatamos que até aquele período, a Educação do Campo no Estado da Bahia ainda não havia sido efetivada. Segundo dados deste estudo, uma das questões sinalizadas era a ausência de conteúdos específicos na formação inicial dos educadores. Pois o que vem sendo desenvolvido nas escolas do campo como prática educativa, ainda está muito atrelada a educação urbana, pois, não considera seus saberes.

O GPEMDEC no contexto da extensão universitária

Um dos objetivos das universidades segundo Serrano [2000?], a geração de conhecimento e disseminação dos mesmos, bem como a formação profissional. E nesse contexto se insere a extensão universitária como uma ação democrática, transformadora e emancipatória e que se desenvolve de forma dialógica e com respeito à cultura local.

Nesse contexto, GEPEMDEC tem desenvolvido um importante trabalho na parte da extensão, dando a devolutiva das pesquisas realizadas que evidenciaram a falta de formação específica para os professores do campo na região. Como também, se evidencia nas falas da colaboradora do GEPEMDEC, Dorothy: “O projeto indo para o município de Itabuna, enquanto um trabalho de extensão, o primeiro impacto é pisando em um local que não existia formação continuada para professores da educação do campo [...]” (entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019). A falta de formação específica os docentes campesinos é algo que não se justifica, uma vez que está previsto no Decreto nº 7.352/2010, o apoio financeiro aos municípios para que os mesmos possam ofertar essa formação, (BRASIL, 2010).

Cabe também destacar que as professoras do município de Itabuna afirmaram em entrevista, que sua formação inicial, também não ofereceu base teórica voltada para a Educação do Campo. Os dados mencionados reforçam a relevância dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de pesquisa. Sobre isso, Caldart (2008) aponta que “a Educação do Campo tem se desenvolvido em muitos lugares por meio de programas de práticas comunitárias, de experiências pontuais”. No entanto, essas práticas, segundo a autora citada, são formas de resistências muito relevantes. Nesse sentido, a principal luta para a efetivação da Educação do Campo, está no campo das políticas públicas, esta é a única via para garantir a universalização da educação aos povos campesinos.

Primeiras considerações

A universalização da educação para os povos que vivem do trabalho no campo, está para além da oferta de escolas para todos. No caso da Educação do Campo, em especial, são várias as questões que inviabilizam a permanência do aluno na escola e principalmente a qualidade da educação ofertada a esse público.

Nesse contexto, o GEPEMDEC tem preocupado em desvelar as realidades vivenciadas pelos povos do campo na região, através das suas pesquisas e da extensão. Assim, algumas pesquisas desenvolvidas desvendam as injustiças sociais e a exclusão dos povos do campo a uma educação de qualidade. Na extensão, o grupo tem dado a devolutiva a esses sujeitos excluídos, através da formação continuada de educadores voltada para a realidade do campo. Nesse sentido, o referido grupo tem desempenhado

um importante e indispensável papel para o fortalecimento da Educação do campo na região.

Referências

ALVARADO-PRADA, Luis E; FREITAS, Laís;FREITAS, Cinara. A. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Rev. Diálogo Educ.** Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio/ago. 2010.

ANTUNES-ROCHA, M. I. Desafios e perspectivas na formação de educadores: reflexões a partir do curso de Licenciatura em Educação do Campo desenvolvido na FAE/UFGM. In: SOARES, Leôncio (org.) [et al.]. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente** / Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 389-406. Disponível em http://https://perdigital.files.wordpress.com/2011/04/livro_2.pdf. Acesso em 10 nov. 2015.

ARROYO. M. Política de formação de educadores (as) do campo. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018

BOCCHI, S.C.M.; JULIANI, C.M; SPIRI, W. C. **Método qualitativo de pesquisa: uma tentativa de desmitificar a sua compreensão**. 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Federal de 1988**.

_____. **Lei de Diretrizes e Base. Lei n 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, 2010.

BROFMAM, Paulo Roberto. **A importância das publicações científicas**. Revista Telfract, v.1. n.1, 2018. Acesso em 12/03/2019. Disponível em: <https://www.telematicafRACTAL.com.br/revista/index.php/telfract/article/view/6/9>.

CALDART, R. S. Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos temáticos: educação do campo**. Curitiba, SEED, 2005. p. 23-34.

_____. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da educação do campo**. In.: Educação Do Campo. Série Cadernos Temáticos. Curitiba: SEED/PR, 2008.

CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C. **A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade**. Revista de Educação, Itatiba, v. 10, n.10, p 23-28, 2007.

DEMO, Pedro. **Crise dos paradigmas na educação superior**. Educação Brasileira, Brasília, v. 16, n. 32, p. 15-48, jan./jul. 1994.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 99, ed. 9, 1984.

EVANGELISTA, José Carlos Sena. et. al. **A política do transporte escolar na educação do campo: impactos e desafios na realidade escolar**. In: IV Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Praxis Educacional. Vitória da Conquista: Edições UESB. v. 6, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, p.9-384, 2011.

GOULART, Audemaro Taranto. **A importância da pesquisa e da extensão na formação do estudante universitário e no desenvolvimento de sua visão crítica**. Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 60-73, 1º sem. 2004.

HAUDT, Fabiane Mesquita; RIVATO, Luciano Brasil. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo e as Políticas Públicas para a Educação**. Disponível em: <<http://www.vanessanogueira.info/sifedoc/Anais/Eixo%2006/Fabiane%20Mesquita%20>>. Acesso em 16 out. 2015..

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010/IBGE. Itabuna-BA, 2017.

JUNIOR, Nadir Lara. Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST. **Revista Neran**. Ano 15, nº20, jan./jun 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1854>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

KOLLING, Edgar J; NÉRY [Irmão]; MOLINA, Mônica C. Por uma educação básica do campo. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999. (**Coleção Por uma educação do campo**, n. 1).

LIMA, Lisângela Silva. **Formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos do campo em Itabuna-Bahia**. 2018. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Ilhéus: Faculdade de Educação, UESC.

MARTINS, Ligia Márcia. **Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade**. Bauru : UNESP, 2012. Disponível em: <http://E:/especialização/tcc/FORMAÇÃO/Ensino_pesquisa_extensao.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2018.

MASSON, Gisele. **As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais**. 2012

OLIVEIRA, Natália Cristina de; OLIVEIRA, Luiz Antônio de; SANTOS, João Marcos Vitoriano dos. **O materialismo histórico e suas categorias de análise: algumas considerações.** [2010?]. Disponível em:

http://primitivomoacyr.weebly.com/uploads/8/6/9/0/8690987/o_materialismo_historico_e_suas_categorias>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

PAULA, João Antônio de. **A extensão universitária, história, conceito e proposta.** Interfaces-Revista de Extensão, v.1, n.1, p. 05-23, jul/Nov, 2013. Disponível em:<<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.phppdf>>. Acesso em 17 de set. 2018.09.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Ocupar, resistir e produzir também na educação. O MST e a burocracia estatal: negação e consenso** – 2013. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

_____. **Políticas educacionais para escolas do campo.** [2017?].

_____. **Formação continuada de educadores do MST na perspectiva da Educação do Campo**

SANTOS, Arlete Ramos dos; SOUZA, Maria Antônia de. **Formação inicial e continuada de educadores do campo: O Que Os Dados Revelam?** Trabalho apresentado no XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Curitiba, 2015.

SANTOS, Maria de Fátima Ribeiro dos; SANTOS, Saulo Ribeiro dos. **Metodologia da pesquisa em educação.** São Luís: UemaNet, 2010.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire.** [2000?]. Disponível em: <http://www.prac.>

ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_e_xtensao_universitaria.pdf. Acesso em 26 de outubro de 2018.

SOBRAL, Osvaldo José. **Representações Sociais de Sexualidade dos Professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.** 2008. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Goiânia: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2008.